



PÁG. 3

Cris vai implantar sistema de cadastro de estrangeiros na Fiocruz



PÁG. 4

Fiocruz África tem nova direção
(Foto Ministério das Relações Exteriores)



PÁG. 12

Entrevista: Estudo analisa projeto de instalação da fábrica de antirretrovirais em Moçambique
(Foto Ascom Farmanguinhos/Fiocruz)

Mobilidade estudiantil ganha reforço com Grupo de Acolhimento a Estudantes



A iniciativa, que tem participação do Cris, ajuda alunos brasileiros e estrangeiros em trâmites legais e no processo adaptativo à instituição e ao país

PÁG. 2

Danielle Monteiro - CCS

A crescente mobilidade estudantil, o aumento na oferta de mestrados internacionais e a necessidade de disseminação de informações relevantes à recepção de alunos levou a Fiocruz a criar o Grupo de Acolhimento a Estudantes. Coordenado pela Vice-presidência de Ensino, Informação e Comunicação, com apoio do Cris, do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) e da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz), o Grupo de Trabalho é um canal de escuta e encaminhamento das questões relativas ao ensino internacional, visando aprimorar a recepção aos alunos brasileiros e estrangeiros que chegam à Fundação e facilitar o processo adaptativo durante sua estadia no país.

“A chegada ao novo cenário, que inclui diferenças de ambiente físico e social, choque de culturas, estilos de vida, barreiras linguísticas e sistemas legais distintos exige uma adaptação nem sempre fácil”, conta a responsável pelo ensino internacional na Vice-Presidência de Ensino, Informação e Comunicação, Marcia Silveira. O trabalho do GT, criado em 2012, inclui atividades como o auxílio na abertura de contas bancárias e na localização de moradias na cidade, e apoio e orientação quanto aos demais trâmites que envolvem a mudança do aluno para o país. “A iniciativa representa o reconhecimento e a valorização do papel da instituição na oferta de suporte social frente aos desafios da imigração temporária”, destaca Marcia. Ao todo são cerca de 100 estudantes estrangeiros que chegam anualmente à Fiocruz. “Sabíamos que este tipo de trabalho precisaria ser feito em conjunto com o Cris, uma vez que essa área congrega tanto aspectos da diplomacia, das políticas de saúde e de relações exteriores, em especial a diplomacia da saúde, quanto da política de educação”, afirma.

Marcia conta que, inicialmente, o foco do trabalho do Grupo estava centrado em questões legais, como legislações, diplomas e dúvidas sobre como proceder em dada situação. Porém, gradualmente, a iniciativa foi ampliada. “O trabalho do acolhimento passou a ser no sentido de receber bem, de conhecer as dificuldades, os desafios e os fatores que favorecem ou desfavorecem a adaptação de alunos estrangeiros para que eles sejam realmente bem acolhidos”, explica. A represen-

tante do Cris no GT, Liliane Menezes, reitera a necessária atuação do Centro de Relações Internacionais em Saúde na iniciativa, por ser a instância responsável por apoiar e coordenar o crescente intercâmbio internacional da Fiocruz. “Ao integrar o GT, o Cris vê a oportunidade de reunir esforços e recursos institucionais para adequação das estruturas da Fundação, com o objetivo de melhor qualificar o recebimento destes estudantes”, afirma.

Apesar de pouco tempo de existência, o trabalho do Grupo de Acolhimento a Estudantes já alcançou alguns resultados. Entre eles, a maior disseminação das informações e integração entre as unidades da Fundação, a melhor interlocução com bancos para abertura de contas e a elaboração de uma minuta de Portaria com o objetivo de dar fundamento e orientação para a recepção de alunos estrangeiros. “Além disso, conseguimos um espaço, no Guia do Estudante da Fiocruz, para um tópico específico dedicado ao aluno estrangeiro, além da ampliação do uso do alojamento do Centro de Referência Professor Hélio Fraga”, conta Marcia. Outra conquista, segundo ela, é a criação do Fiocruz Acolhe, evento anual de boas-vindas aos estudantes brasileiros e estrangeiros, que tem por objetivo apoiar sua inserção e integração na Fundação e na cidade do Rio de Janeiro. Esse ano o evento foi realizado no dia 12 de março.

Apesar de alguns objetivos já terem sido alcançados, o GT de Acolhimento ainda tem que percorrer um longo caminho para enfrentar as dificuldades enfrentadas pelos estudantes no Brasil, principalmente no que diz respeito à moradia. Questões como a falta de um fiador para a locação do imóvel, o alto preço do seguro-fiança, que ultrapassa o valor do próprio aluguel, a ausência de móveis nos locais de moradia e as dificuldades de permanência em pensionatos ou repúblicas integram a lista de desafios que ainda precisam ser superados. “Além disso, precisamos enfrentar outros problemas, como a necessidade de atualização de normas e legislação relativas ao estudante estrangeiro, o alto custo de vida na cidade e a ausência de um espaço físico destinado especificamente ao acolhimento de alunos”, complementa Marcia. Como representantes do IOC e Ensp, respectivamente, participam da iniciativa Patricia Cuervo e Luis Collazos.



José Joaquín Cortés, aluno do doutorado em Medicina Tropical do Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz)

Quais foram as principais dificuldades enfrentadas por você no Brasil?

Cortés: A legalização da minha residência, a documentação de convalidação de estudos e a moradia, pelo fato de não termos a documentação nem pessoas que nos deem um respaldo na hora de fazer a contratação. Outra dificuldade foi o alto custo do transporte e da alimentação, somando-se a isso o valor da bolsa, que não é suficiente para os gastos das despesas no Rio de Janeiro.

Como o Grupo de Acolhimento a Estudantes te ajudou a enfrentar essas dificuldades?

Cortés: Acho que o mais importante foi o fato de saber que existe uma instância onde podemos solucionar ou nos informar dos trâmites, benefícios e garantias na instituição, no Estado e no Brasil, com respaldo institucional, mais ainda em nossa qualidade de estudantes estrangeiros ou não residentes no Rio.

De que forma você acha que o GT de Acolhimento pode ajudar outros estudantes estrangeiros que vêm à Fiocruz?

Cortés: Pode ajudar muito, uma vez que formaliza e faz a ponte entre nossa antiga e nova realidade. Além do mais, porque nos trata como se fossemos estudantes brasileiros, apesar de sermos de outro país.

Cris vai implantar sistema de cadastro de estrangeiros na Fiocruz

Ferramenta vai ajudar na gestão de intercâmbio e no acompanhamento e acolhimento de alunos e pesquisadores

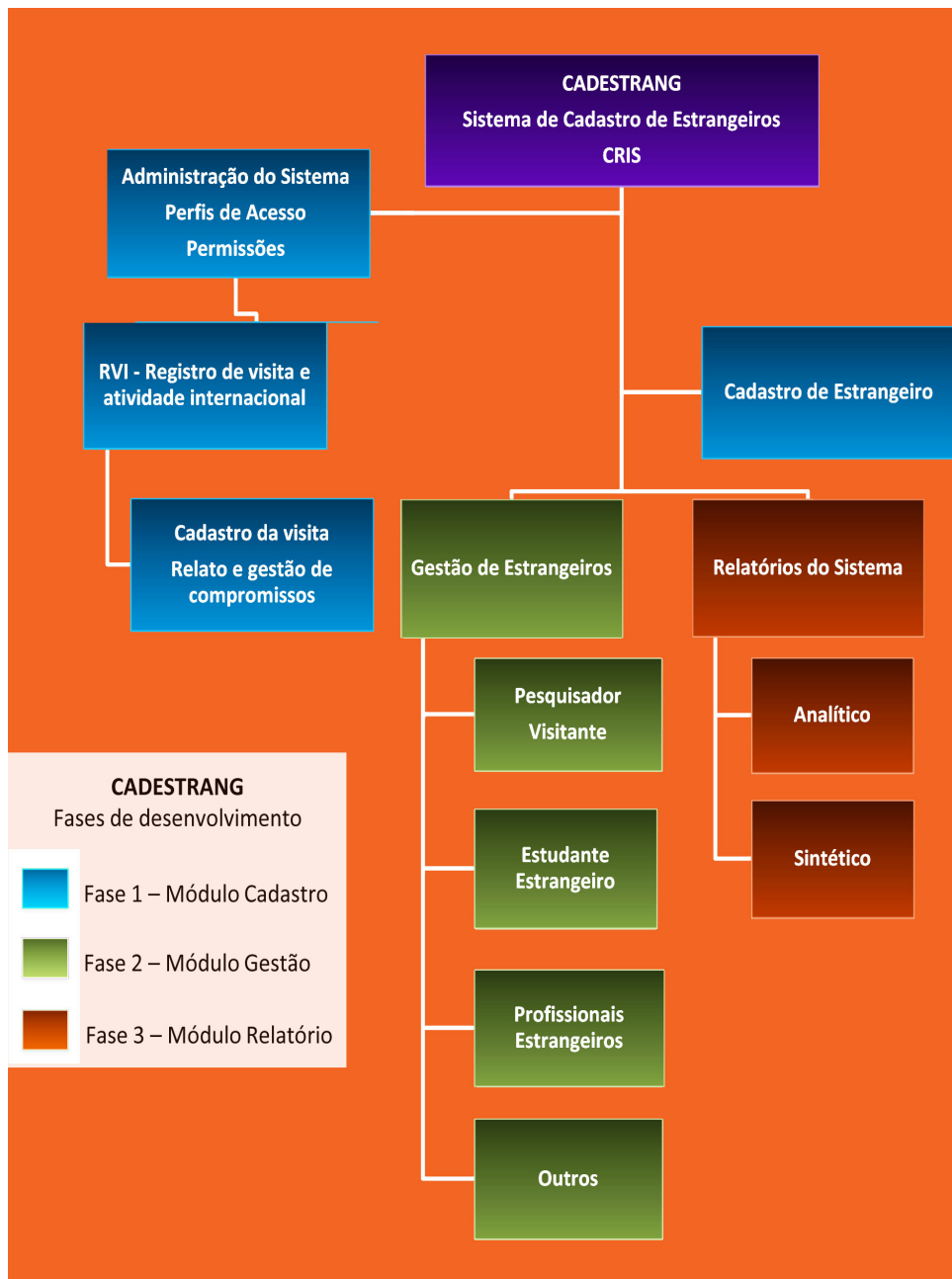
Danielle Monteiro - CCS

A cada ano cresce o número de estudantes e pesquisadores estrangeiros que chegam à Fiocruz e, com isso, aumenta também a necessidade de um registro online que reúna dados sobre esses visitantes. É diante dessa realidade que o Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz), em parceria com a Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação (CGTI/VPGDI/Fiocruz), vai criar um sistema web de gestão de estrangeiros, denominado Cadestrang.

Este novo recurso vai reunir diversas informações sobre alunos, pesquisadores, profissionais e visitantes. Entre elas, o objetivo de sua viagem ao Brasil, seu vínculo a cursos, projetos, unidades ou atividades internas de cooperação, suas condições de subsistência no país, os motivos de sua escolha pela Fundação e o legado deixado à instituição. O sistema, que será bilíngue, prevê um módulo específico para registro de atividades internacionais, que vai guardar atas e compromissos frutos da visita de missões, delegações e palestrantes a todas as unidades da Fundação.

A responsável pela criação da ferramenta e assessora do Cris, Helena Distelfeld, explica que a intenção é, mais adiante, interconectar a ferramenta aos demais sistemas da Fiocruz que reúnem informação de cooperação e projetos internacionais, como o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica (SAGE) e o de Afastamentos do País.

Helena conta que, além de apoiar o desenvolvimento da área de gestão de intercâmbios, o Cadestrang vai gerar relatórios com dados essenciais sobre os estrangeiros. “O sistema vai reunir informações importantes, como, por exemplo, se o aluno possui bolsa e alojamento no país. Isso vai ajudar no preenchimento de lacunas existentes no



Organograma do Sistema de Cadastro de Estrangeiros

acompanhamento e acolhimento de alunos”, explica.

Uma parte do sistema será preenchida pelo próprio visitante. A outra será feita com auxílio do administrador da Fiocruz responsável pelo aluno ou pesquisador. No caso de um estudante de doutorado, por exemplo, o preenchimento será acompanhado pela unidade onde ele faz o curso. Já o registro

de atividades internacionais será preenchido pelos organizadores das visitas e eventos, e complementado por uma ata do relator dessas atividades. “O desafio será implantar, validar, sensibilizar e buscar a adesão das unidades de forma gradativa”, conclui Helena. Pela CGTI/VPGDI/Fiocruz, participam do projeto Pedro Erthal, Ester Morsolotto e Janaina Almeida.

Fiocruz África ganha nova direção

Regularização da unidade e obtenção de novas linhas de financiamento para cooperações com países africanos estão entre os principais desafios da nova gestão



■ Da direita para a esquerda na foto: a nova diretora da Fiocruz África, Lícia Oliveira, o ex-diretor da unidade, José Luiz Telles, e a embaixadora do Brasil em Maputo, Ligia Scherer, durante cerimônia de homenagem ao ex-diretor.

Danielle Monteiro - CCS

O escritório da Fiocruz na África está com nova direção. Em 11 de fevereiro, a ex-diretora adjunta da unidade, Lícia Oliveira, assumiu o cargo, anteriormente ocupado por José Luiz Telles. Fruto de um acordo assinado entre Brasil e Moçambique, a Fiocruz África foi criada em 2008, com o objetivo de estimular a cooperação na área da saúde, por meio do apoio técnico e de formação de pessoal e da transferência de tecnologia. A principal atividade do escritório, que está localizado em Maputo, consiste em coordenar, acompanhar e avaliar programas de cooperação entre a Fundação e os países africanos. Além das parcerias com países do continente, as quais contam com apoio e envolvimento do Cris, o escritório Fiocruz África apoia missões de serviço e seminários, e ainda participa de fóruns com o objetivo de difundir o conhecimento e a experiência da Fundação em sistemas e ações de saúde.

Lícia conta que, entre as metas para sua gestão, está o desenvolvimen-

to de ações para o acompanhamento das questões de saúde global no continente, além da identificação de oportunidades de cooperação para o fortalecimento dos sistemas nacionais de saúde e o monitoramento de possibilidades de financiamento. "Pretendemos ainda criar fóruns para a difusão do conhecimento adquirido e a ampliação de parcerias com países africanos", revela.

O Escritório ainda precisa ser regularizado pelo Executivo. O processo está em reanálise pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e constitui um dos principais desafios que a instância enfrenta atualmente. A continuidade das ações da Fiocruz África ainda depende dos rumos da política brasileira de cooperação internacional.

O primeiro passo para superar esse desafio, de acordo com Lícia, será o acompanhamento, o apoio e a avaliação da pertinência da continuidade do Escritório, liderado pela Presidência da Fiocruz, junto aos Ministérios. "Em seguida, ciente das dificuldades postas, serão realizados esforços para atuar na

criação ou manutenção das condições necessárias para a finalização dos projetos da Fiocruz com diversos países africanos", revela Lícia.

Ela conta que, mais adiante, o empenho será no sentido de alcançar novas linhas de financiamento, principalmente para projetos trilaterais. "A Fiocruz tem sido bem avaliada por suas competências na realização de cooperação técnica internacional, o que tem despertado o interesse de organismos, como a Comunidade Europeia, em celebrar acordos trilaterais tendo nossa instituição como executora", diz.

Segundo Lícia, o Escritório pode desempenhar papel fundamental para a melhoria da saúde no continente e o alcance de um novo patamar para a saúde global. "Certamente a Fiocruz África poderá servir como um observatório permanente de acompanhamento das necessidades dos povos africanos, na monitoria de potenciais financiamentos e no apoio às equipes de cooperação para realizarem suas atividades de forma a fortalecer a saúde, o desenvolvimento e o combate à pobreza naquele continente", conclui.



Ex-ministro das Relações Exteriores fala sobre saúde global na Fiocruz

Ações de cooperação internacional do governo brasileiro na área da saúde foram alguns dos temas abordados no seminário *Relações internacionais e saúde: política externa e cooperação internacional em saúde*

Filipe Leonel – Ensp
e Danielle Monteiro - CCS

Durante o seminário *Relações internacionais e saúde: política externa e cooperação internacional em saúde*, ocorrido nos dias 12 e 13 de janeiro, a Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) recebeu o embaixador e ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim, para uma palestra a respeito das ações de cooperação internacional do governo brasileiro na área da saúde e da política externa, que incluí a luta contra a fome e a pobreza. O palestrante também abordou o quadro político geral que levou à intensificação da cooperação sul-sul e os bastidores dos acordos sobre tabaco do Fórum Índia, Bra-

sil e África do Sul (Ibas) e dos mercados emergentes Brasil, Rússia, Índia e China (Brics). No evento, Celso referiu-se à Fiocruz como uma instituição de “orgulho para o país” e ao Brasil como uma nação solidária. “Não há, necessariamente, uma contradição entre solidariedade e interesse nacional. O programa de combate à fome é um exemplo disso”, afirmou.

O seminário integrou as atividades do mestrado profissional em Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Ensp, criado com o objetivo de promover discussões a respeito da dinâmica do sistema mundial e seu impacto sobre a saúde das populações. “Este mestrado é um reflexo das atitudes tomadas pelos últimos governos no sentido de aumentar a cooperação internacional em vários setores. Instituições de excelência como a Fiocruz permitem ao país ajudar parceiros mais pobres e necessitados com base em uma experiência mais fácil de ser absorvida”, comentou o ex-ministro.

Amorim revelou que os primeiros grandes acordos de cooperação sul-sul do Brasil ocorreram no final da década de 1980. No entanto, muitos deles não saíram do papel por falta de meios práticos para efetivá-los ou

vontade política. Sobre o período anterior ao de seu primeiro cargo de ministro no governo Lula (2003), o embaixador destacou que o Brasil possuía um papel ativo não só na cooperação sul-sul, mas atuava de maneira mais ampla no que chamou de ponto de interseção da política externa de saúde. Celso citou seu envolvimento em dois temas que, segundo ele, são exemplos da diplomacia aplicada a um problema de saúde: as negociações da Convenção sobre Controle do Tabaco e a questão da propriedade intelectual da saúde.

“A experiência na presidência da comissão que discutiu a Convenção para o Controle do Tabaco foi extremamente complexa, pois era necessário lidar não só com governos, mas com organizações não governamentais interessadas na limitação do tabaco, países que tinham no imposto sobre o cigarro uma importante fonte de receita, produtores e pequenos produtores, cuja atividade econômica não poderia ser desconsiderada”, destacou. “Esse caso, na minha opinião, pode ser um grande objeto de estudo por se tratar de um exemplo da diplomacia multilateral, já que as discussões eram muito complexas”. ▶

■ O embaixador e ex-ministro das Relações Exteriores e da Defesa, Celso Amorim
(Foto: Min. da Defesa)



O panorama da saúde na política externa brasileira

O segundo dia do evento contou com a palestra sobre o panorama e os desafios da saúde na política externa brasileira, ministrada pelo coordenador do Cris para cooperação com África, Luiz Eduardo Fonseca. Fonseca reforçou que a cooperação internacional em saúde é um imperativo ético e imprescindível para o desenvolvimento e a saúde nos países de renda média baixa. Ele também destacou que o modelo de cooperação brasileira tem buscado respeitar as realidades nacionais e os desafios específicos dos países, e não apenas reproduzir em solo estrangeiro práticas nacionais bem sucedidas. Além de atuar como uma via de mão dupla, o modelo de cooperação brasileira, segundo Fonseca, beneficia os países parceiros com boas práticas, tecnologia e conhecimento e aprende com as experiências, o que obriga um constante aperfeiçoamento de programas, ações e instituições.

Segundo Fonseca, apesar de a saúde ser prioridade da política externa brasileira, ainda há desafios a serem enfrentados no campo. Entre eles, a pobreza e exclusão social, a crescente urbanização, o envelhecimento da população, a situação de saúde declinante em diversos países de renda baixa e média no mundo, assim como as iniquidades entre países e no interior dos mesmos. E a resposta a esses desafios, segundo ele, ainda não tem sido eficiente. “O modelo dominante na cooperação internacional em saúde ainda é marcado por uma cooperação vertical, focada em enfermidades específicas ou problemas de saúde, e não por uma cooperação horizontal, com enfoque no desenvolvimento dos sistemas de saúde. Além disso, os doadores as vezes predefinem objetivos, programas e prioridades que não estão necessariamente adequados às necessidades dos países receptores”, alertou. Como alternativas ao modelo dominante de cooperação internacional, Fonseca propôs a adoção do modelo de cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular Norte-Sul-Sul, além do modelo de cooperação estruturante em saúde adotado pelo Brasil.

Brasil: um país solidário

Outro exemplo da diplomacia multilateral citado foi a questão da propriedade intelectual de saúde. “O tema tem muito a ver não só com a cooperação sul-sul, mas também com as limitações e alertas que devemos ter em relação à cooperação norte-sul, que é indispensável aos países, mas em alguns casos vem empurrada por grandes interesses”, apontou Amorim ao mencionar as discussões na Organização Mundial do Comércio sobre a licença compulsória de medicamentos.

Sobre outras experiências à frente do Itamaraty, o ex-ministro comentou a opção da política externa brasileira em defender e avançar os interesses e valores do país no mundo sem se furtar a prestar solidariedade aos mais necessitados. “Em diplomacia e política externa sempre surge, em primeiro lugar, o interesse nacional. Ninguém nega isso e são classificados como ingênuos aqueles que colocam outros temas na frente dos interesses do país. Não enxergo necessariamente uma contradição entre o interesse e a solidariedade, a percepção pelo interesse do outro. Um grande exemplo é que países africanos se sentiam representados por nós nas grandes reuniões da OMC. O desenvolvimento da cooperação sul-sul nos habilitou a saber pedir e exigir uma cooperação adequada para as outras nações”, admitiu.

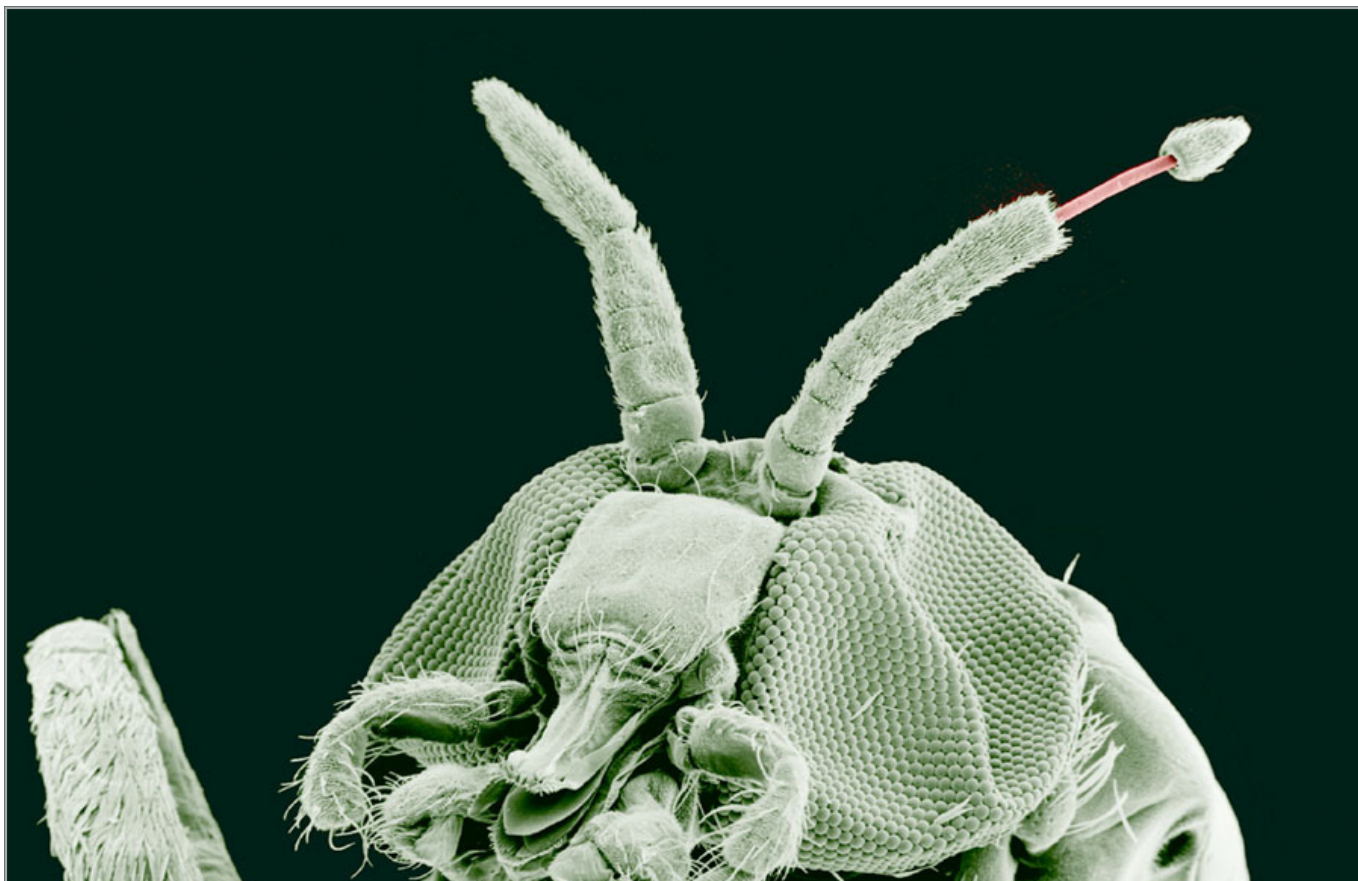
O diplomata revelou ser importante que a área da saúde dê ênfase ao Fórum Ibas, principalmente pelas seme-

lhanças entres os países-membros. “São países em desenvolvimento, democráticos, multiculturais, multiétnicos e com problemas sociais. Houve uma política ativa durante o governo Lula no sentido de mudar a geografia econômica mundial e mexer na estrutura de relacionamento de países que não conversavam. O Brics tem hoje uma proeminência maior, mas o conjunto de afinidades no Ibas favorecem os acordos”.

Combate à fome

Segundo o palestrante, um tema que se fixou na agenda internacional nos últimos anos e reforça a ideia de solidariedade do país diz respeito às ações de combate à fome e à pobreza. “A ação deu muita visibilidade a uma política internacional voltada para as questões sociais. O tema entrou na agenda internacional pela iniciativa do ex-presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, e do ex-presidente da França, Jacques Chirac. Foi a expressão mais forte do que se chama de poder brando e representa esse perfil solidário”.

Já no final de sua apresentação, o convidado falou sobre a inserção do Brasil nos programas de combate à Aids, sobre as parcerias com o continente africano e o espírito de solidariedade dos brasileiros. “A disposição do Brasil para cooperar é muito forte, mas deve haver o mínimo para dar partida ao projeto. Países como Haiti e Guiné-Bissau possuem um grande volume de cooperações técnicas, o que proporciona que entidades como a Fiocruz possam participar de um esforço colaborativo”.



Brasil e França promovem estudo sobre parasitoses

Projeto analisa origem e evolução das doenças provocadas por parasitos desde o período jurássico até o passado recente

Ascom Ensp

O projeto Paleoparasitologia e o ADN antigo foi aprovado no Programa Capes/Cofecub, que promove a realização do intercâmbio científico entre instituições de ensino superior do Brasil e da França e a formação de recursos humanos de alto nível nos dois países. O estudo é liderado pelo pesquisador da Escola de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) Aduato Araújo, e trata da origem e evolução das parasitoses ao longo do tempo, por meio das análises de amostras arqueológicas e paleontológicas, datadas desde o período jurássico até o passado recente, em busca de vestígios de parasitos. Ao todo, o edital selecionou 44 projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias.

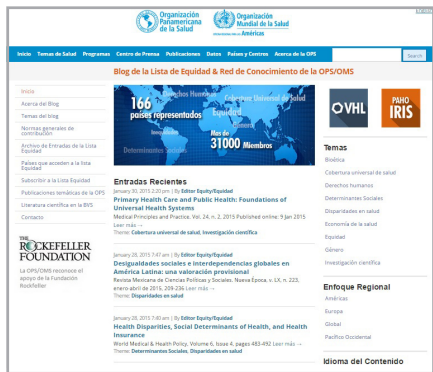
Sobre a parceria com a instituição francesa, Araújo conta que há

alguns anos o Laboratório de Paleoparasitologia da Ensp participou de projeto semelhante com a Universidade de Reims com resultados bastante exitosos. Naquela ocasião, em 2003, ambas instituições editaram um volume especial da revista Memórias do Instituto Oswaldo Cruz sobre paleoparasitologia, fato que marcou a internacionalização e ampliação de interesses deste novo ramo da ciência. "Foi a primeira publicação que reuniu especialistas de diversas partes do mundo dedicados a esta ciência", recordou.

Desta vez, com a visita do Dr. Matthieu Le Bailly, professor da Universidade de Franche-Comté e ex-aluno de doutorado da Universidade de Reims, à Fiocruz, durante o Congresso Mundial de Estudos sobre Múmi- as em 2013, estruturou-se o novo projeto aprovado pela Capes/Cofecub.

O pesquisador emérito do Museu de História Natural de Paris, Jean-Pierre Hugot, também foi convidado.

"O fenômeno parasitismo surgiu desde o início da vida na Terra. Não há organismo que não seja parasitado. Há, portanto, uma grande diversidade de parasitos que influenciaram as mudanças evolutivas que resultaram nas espécies de hospedeiros atuais. Trata-se de estudo sobre a origem e evolução das parasitoses ao longo do tempo. Para isso, serão analisadas amostras arqueológicas e paleontológicas em busca de vestígios de parasitos. Estas amostras são datadas desde o período jurássico até o passado recente. Um exemplo foi o encontro de parasitos em coprólitos de uma espécie de dinossauro, datados de 240 milhões de anos, publicado recentemente na revista *Parasites and Vectors*", resumiu.



Portal da Lista Equidade e Rede de Conhecimento

No marco da colaboração firmada entre a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas/OMS) e a Fundação Rockefeller, e com o intuito de seguir aprimorando os serviços de disseminação seletiva da informação, foi lançado o novo Portal da Lista Equidade e Rede de Conhecimento.

O novo espaço virtual, de acesso livre e equitativo, atuará como a principal fonte de informação da Lista e permitirá a geração de debates moderados sobre os temas postados, assim como facilitará a recuperação de recursos temáticos indexados na Biblioteca Virtual em Saúde (coordenada pela Bireme) e também na coleção temática da literatura publicada pela Opas/OMS.

“Além disso, incorporamos novas ferramentas para facilitar a aplicação de estudos bibliométricos que nos permitirá conhecer mais sobre os interesses de nossos membros e monitorar o bom funcionamento de nossa Rede. Convidamos a todos para participar ativamente de mais uma etapa deste projeto”, afirmou Marcelo D’Agostino, diretor da Gestão de conhecimento, bioética e pesquisa.

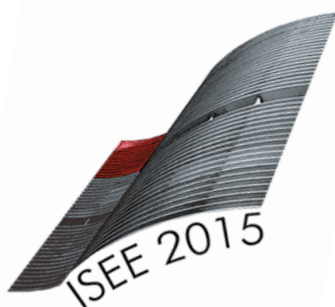
Fonte: Rets

VI Ciclo de Debates do Nethis

Desenvolvimento, Cooperação Internacional, Direitos Humanos, Política Externa, Defesa e Saúde são as temáticas gerais previstas para as primeiras quatro sessões do VI Ciclo de Debates do Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde (Ne-

this/Fiocruz). A primeira sessão, marcada para 19 de março, será realizada na Fiocruz Brasília, com palestras do diretor do Instituto Butantan, Jorge Elias Kalil Filho, e do diretor de Bio-Manguinhos/Fiocruz, Arthur Roberto Couto, sobre parcerias público-privadas na produção de imunobiológicos: transferências de tecnologias.

Fonte: Bio-Manguinhos/Fiocruz



Conferência da Sociedade Internacional de Epidemiologia Ambiental

Enfrentando as iniquidades ambientais é o tema central da 27ª Conferência Anual da Sociedade Internacional de Epidemiologia Ambiental, que acontecerá entre os dias 30 de agosto a 3 de setembro, em São Paulo. O evento é promovido pela Sociedade Internacional de Epidemiologia Ambiental (International Society for Environmental Epidemiology – ISEE) e organizado pela Abrasco e pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP).

Organização científica internacional, composta por membros de mais de 60 países e com capítulos e grupos regionais na Europa, Mediterrâneo, Ásia e América Latina, a ISEE promove a conferência científica todos os anos com uma programação que inclui sessões plenárias, simpósios, apresentações orais de trabalhos e sessões de pôsteres. Estão abertas as inscrições para a proposição de simpósios e submissão de trabalhos científicos. Clique [aqui](#) para obter mais informações.

Fonte: Abrasco



Internacionalização da produção científica

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) apresenta on-line o primeiro fascículo de 2015 da Revista Trabalho, Educação e Saúde. A edição entra no debate sobre a internacionalização da produção científica brasileira, acenada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Scielo.

No editorial, as autoras ponderam sobre os desdobramentos que a estratégia poderia ter, sobretudo quanto a investigações que dão ênfase a questões locais. “Cabe então pensar se, ao adotar esse formato de internacionalização, não estaríamos reincidindo em um processo de subordinação, de benefícios incertos, que nos desviaria da construção de autonomia e do aprofundamento do sentido social da nossa produção científica”, alertam.

A edição traz ainda artigos originais sobre atenção primária da Opas nos anos 2000, modelos de gestão do trabalho no setor público de saúde, políticas educacionais em saúde, ACS, visita domiciliar como estratégia de aproximação da realidade social e política nacional de humanização em hospitais públicos. [Leia a revista.](#)

Fonte: Rets



Seminário Brasil-África de Doença Falciforme

Nos dias 21 e 22 de janeiro, foi realizado, na Fiocruz Bahia, o III Seminário Brasil-África de Doença Falciforme, com o objetivo debater e avaliar a cooperação na área de pesquisa, ensino e formação profissional. O evento reúne pesquisadores e estudantes envolvidos no Programa de Pós-graduação CNPq/Benin e Nigéria para a formação de mestres e doutores em Hematologia, voltada para a doença falciforme. Atualmente, 16 estudantes destes países

estão regularmente matriculados na pós-graduação na Fiocruz, UFBA, Unicamp e Escola Paulista de Medicina, instituições que participam do Programa.

A ideia é expandir as atividades para o treinamento de médicos e profissionais de outras áreas da saúde, estendendo a presença da Fiocruz nestes países e ampliando a cooperação Sul-Sul.

Fonte: Fiocruz Bahia

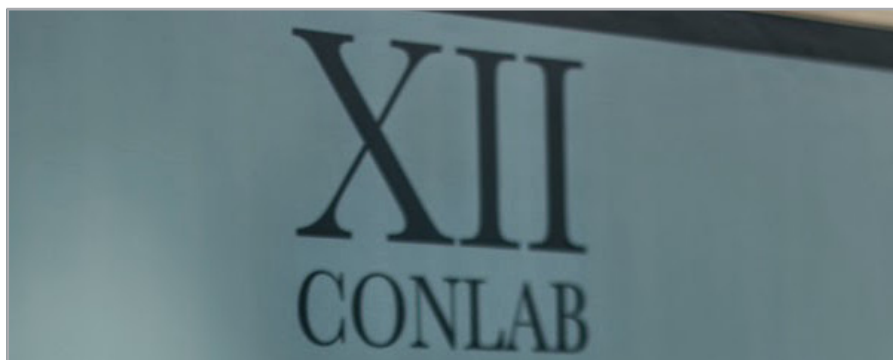


Doação internacional

O Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) enviou um total de 160.050 comprimidos do antimalárico artesunato + mefloquina (ASMQ) a Venezuela. Desses, 25.020 foram para tratamento infantil, os demais para uso adulto. A doação foi realizada a partir de uma solicitação da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) ao Núcleo de Assistência Farmacêutica (NAF), a fim de apoiar o país sul-americano no tratamento de pessoas com a doença.

Totalmente desenvolvido por Farmanguinhos com o apoio da Iniciativa Medicamentos para Doenças Negligenciadas (DNDi, na sigla em Inglês), o ASMQ é um medicamento inovador contra a malária, capaz de curar o paciente em até três dias. Sua formulação em dose fixa combinada de artesunato e mefloquina é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como o melhor tratamento contra a doença.

Fonte: Farmanguinhos/Fiocruz



Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas

O Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz) participou do XII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas (XII CONLAB), que aconteceu entre os dias 01 e 05 de fevereiro, na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Do [Laboratório de Inovações em Terapias, Ensino e Bioprodutos](#) do IOC, Márcio Luiz Mello foi responsável por coordenar o grupo de trabalho Saúde, Cultura e Religião: um diálogo a partir das práticas terapêuticas culturais e religiosas. O grupo discutiu, dentre diversos assuntos, a influência que as terapias, crenças e ritos possuem sobre a vivência e a interpretação que os indivíduos têm sobre doenças e

práticas de cura que visam à promoção da saúde.

Uma das mais importantes reuniões de cientistas sociais e das humanidades dos países de língua oficial portuguesa, o evento teve como tema principal os Desafios às Ciências Sociais em Língua Portuguesa. Durante a reunião, os participantes acompanharam discussões e apresentaram trabalhos voltados para temas clássicos e contemporâneos das Ciências Sociais. Criado há 25 anos, o CONLAB tem o objetivo de fomentar a criação, a consolidação e a internacionalização desta produção em língua portuguesa.

Fonte: IOC/Fiocruz

Congresso Iberoamericano de Medicina Familiar e Comunitária

Será realizado, entre os dias 18 e 21 de março, em Montevidéu, Uruguai, o 4º Congresso Iberoamericano de Medicina Familiar e Comunitária. O tema desta edição será Qualidade e equidade no cuidado da saúde. O encontro reunirá profissionais e pesquisadores da área sobre esses dois princípios, com debates sobre os avanços políticos, sociais, científicos e tecnológicos, além de princípios e objetivos que extrapolam a medicina familiar e comunitária, mas que são imprescindíveis para a mesma. Para mais informações, clique [aqui](#).

Université 
de Montréal

 LISBOA | UNIVERSIDADE
DE LISBOA

Parcerias com Universidades de Montreal e Nova Lisboa

Para apresentar as iniciativas de pesquisas aplicadas e intervencionais no âmbito global, fruto de parceria da Fiocruz com as Universidades de Montreal e de Nova Lisboa, a Rede Saúde Manguinhos realizou um ciclo de oficinas de trabalho. O encontro contou com a participação da doutora em Saúde da Comunidade e docente do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Universidade de Montreal, Louise Potvin, que também é editora do *Canadian Journal of Public Health*. Assista ao [vídeo](#) Translação do Conhecimento em Saúde Pública: iniciativas da Fiocruz, produzido pelo Programa de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Saúde Pública da Vice-Presidência de Pesquisa e Laboratórios de Referência (PDTSP/VP-PLR). Além de Louise Potvin, o vídeo traz ainda a exposição da coordenadora do PDTSP e pesquisadora da Ensp Isabela Soares Santos.

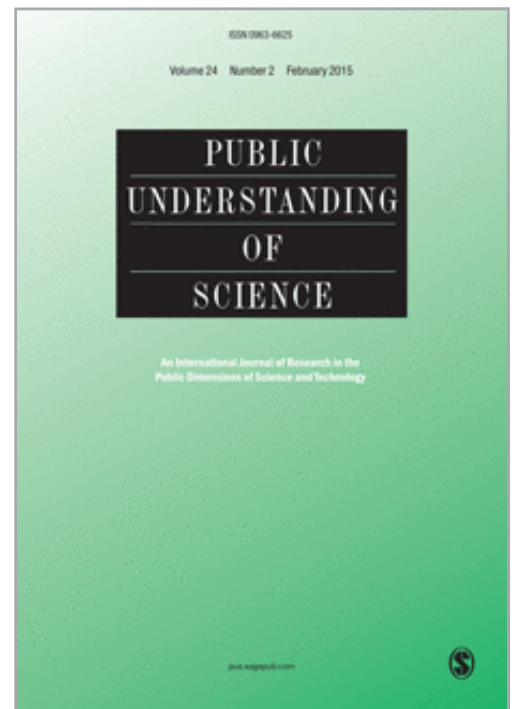
A Fiocruz vem construindo um Plano Institucional de Indução à Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde. Um dos objetivos da VPPLR para 2015 é fomentar a pesquisa aplicada e intervencional no eixo temático *Políticas Públicas, Modelos de atenção e gestão a saúde*, com indução às pesquisas cujos resultados são apropriados e utilizados pelo seu público-alvo na solução de problemas concretos que fomentem melhorias para o SUS e nas condições e qualidade de vida da população.

Fonte: Ensp/Fiocruz

Divulgação científica além do eixo Europa e Estados Unidos

A revista *Public Understanding of Science* (PUS) de janeiro de 2015 traz o especial *Voices from other lands* (Vozes de outras terras), que reúne artigos e reflexões sobre a divulgação científica fora do eixo Europa e Estados Unidos. Uma das principais revistas do mundo na área de comunicação da ciência e divulgação científica, a PUS inclui neste número, editado pela pesquisadora do Museu da Vida (COC/Fiocruz) Luisa Massarani, seis artigos que abordam facetas distintas da divulgação científica de países da América Latina, África e Ásia. Entre os temas abordados, estão museus de ciência, mídia e relação dos cientistas com os meios de comunicação de massa.

A concepção do número especial partiu da constatação de que a circulação de pesquisas em comunicação da ciência e divulgação científica é dominada por países como Estados Unidos, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia, não por acaso países que têm o inglês como língua-mãe. Com o objetivo de se fazer ouvir as "vozes inauditas" de diversas partes do mundo, foram selecionados para esta edição seis artigos escritos por pesqui-



sadores de Gana, Argentina, México, Suriname, Taiwan e Tailândia. A leitura dos artigos é livre para quem tem acesso ao Portal Capes. Para os demais usuários, o acesso à maior parte dos artigos é pago, mas os resumos podem ser lidos gratuitamente.

Fonte: COC/Fiocruz

Reunião da Rede de Escolas de Saúde Pública

A Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz) foi reconduzida à Secretaria Executiva da Rede de Escolas de Saúde Pública da Unasul (Resp/Unasul) para o período 2015-2016. A decisão foi tomada na 3ª reunião da Rede. No encontro, também foi acordada a produção conjunta de um documento técnico sobre o panorama da formação de saúde pública na região, atividade que será conduzida pelos representantes de Uruguai e Chile, além da aprovação da proposta de oficina para discutir e avaliar a educação profissional e superior.

Com ativa participação de representantes de 9 dos 12 países membros da Unasul, discutiu-se, ao longo do encontro, alguns dos principais desafios

da formação em saúde pública na região sul-americana, entre os quais a necessidade de qualificar gestores e processos de serviços, programas e sistemas de saúde, a dificuldade de qualificação, provisão e retenção de profissionais de saúde em áreas remotas, a importância de se estabelecer critérios comuns de qualidade para a formação e a qualificação em saúde pública e a necessidade de harmonizar as ofertas educacionais às prioridades dos serviços, programas e sistemas de saúde na região. Os países participantes foram Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Leia mais no [site](#) da Ensp/Fiocruz.

Programa de bolsas de estágio do Instituto Pasteur

A direção internacional do Instituto Pasteur lança chamada de candidatura para bolsas de estágio do Programa Calmette e Yersin. As bolsas, financiadas pela Direção Internacional, tem por objetivo facilitar a mobilidade dentro da Rede Internacional dos Institutos Pasteur (RIIP) e de promover e facilitar a realização de estágios científicos (estudantes, pesquisadores e técnicos) do Instituto Pasteur e da RIIP no Instituto Pasteur, em Paris e dentro de um instituto da RIIP.

A data limite de inscrição é 31 de março. As inscrições devem ser efetuadas pelo site: bourses.pasteur-international.org

Prêmio Príncipe Albert II de Mônaco

O Instituto Pasteur, o Centro Científico de Mônaco e a Fundação Príncipe Albert II de Mônaco lançam uma chamada para candidaturas ao prêmio Príncipe Albert II de Mônaco – Instituto Pasteur 2015. O prêmio, de 40 mil euros, será concedido a um pesquisador que realiza estudos no campo de mudanças ambientais e climáticas com impactos sobre a saúde humana.

A premiação é uma homenagem ao pesquisador que contribui de maneira considerável a sua área de pesquisa. Interessados devem enviar, em inglês: carta de uma página que descreve a importância de sua contribuição à área das mudanças ambientais e climáticas com seus impactos na saúde humana; currículo; lista das suas publicações científicas; resumo de uma página sobre seus projetos futuros de pesquisa; e duas cartas de recomendação.

Inscrições devem ser enviadas em PDF até 31 de março, para award@ec2h-monaco.org ou award-monaco-pasteur@pasteur.fr. Para saber mais, acesse: www.ec2h-monaco.org.

Curso de cooperação internacional para o desenvolvimento

Os coordenadores de disciplinas e a equipe de educação a distância se reuniram, em 3 de fevereiro, para detalhar a nova iniciativa educacional do Núcleo de Estudos sobre Bioética e Diplomacia em Saúde (Nethis/Fiocruz), o curso Cooperação internacional para o desenvolvimento: especificidades da área da saúde. A previsão é de que esteja disponível para o público no segundo semestre de 2015.

O curso será de 80 horas, na modalidade de educação a distância, com seguinte temário: saúde, ambiente e desenvolvimento no contexto das relações internacionais; cooperação internacional em saúde; paradoxos da cooperação internacional em saúde; e gestão de políticas e projetos de cooperação internacional em saúde. Além disso, os participantes desenvolverão exercícios de integração desses conteúdos na elaboração de análises sobre situações concretas de suas experiências profissionais.

O projeto faz parte das atividades de termo de cooperação assinado entre a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a Fiocruz. O acordo, com final marcado para dezembro de 2015, apoia diversas iniciativas da Fundação nos últimos dez anos, sob coordenação geral do Centro de Relações Internacionais em Saúde (Cris/Fiocruz). "É importante ressaltar em que contexto este projeto do EaD está inserido, destacando a importância do acordo para o desenvolvimento institucional da cooperação internacional no âmbito da Fiocruz, inclusive a criação do Nethis", observa o coordenador do Núcleo, José Paranaguá de Santana.

Fonte: Nethis/Fiocruz

Programa Geral de Cooperação Internacional

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) divulgou o [edital](#) do Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI), que selecionará projetos conjuntos de pesquisa, parcerias uni-

versitárias e candidaturas individuais em qualquer área do conhecimento durante 2015.

O programa pretende fomentar o intercâmbio entre instituições de ensino superior e institutos ou centros de pesquisa e desenvolvimento brasileiros e estrangeiros, selecionar projetos com instituições com as quais a Capes não possui editais específicos de seleção e selecionar candidaturas individuais, para casos de candidatos academicamente excepcionais que não possam ser contemplados por editais específicos da Capes para bolsas no exterior.

O programa seguirá cronogramas de **inscrição em fluxo contínuo**, com a previsão de seleção de até 15 projetos por cronograma, totalizando até 60 projetos selecionados por ano. A seleção de candidaturas individuais está estimada em uma por cronograma, até quatro por ano.

Fonte: Capes

EXPEDIENTE

CRISINFORMA

18

JANEIRO / FEVEREIRO
DE 2015

Coordenadoria de Comunicação
Social (CCS)

Edição e redação

Danielle Monteiro com apoio da
Coordenação de Informação e
Comunicação do Cris/Fiocruz

Projeto gráfico e edição de arte

Guto Mesquita

Fotografia

Peter Illiciev e Arquivo CCS

Contato

Danielle Monteiro - Tel: (21) 3885-
1065 - E-mail:
danimonteiro@fiocruz.br



Tese de mestrado analisa projeto de instalação de fábrica de antirretrovirais em Moçambique

Danielle Monteiro - CCS

A instalação da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Maputo, fruto de parceria entre o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) e o governo de Moçambique, é citada entre os casos que justificam a inserção do Brasil no cenário internacional, além de ser pauta de discussões importantes como a questão da saúde na política externa brasileira e a efetividade da cooperação internacional brasileira em saúde.

O projeto recentemente ganhou mais um destaque, sendo tema de uma das dissertações do mestrado profissionalizante em Saúde Pública, da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz). O autor da tese e representante de Farmanguinhos na Câmara Técnica de Cooperação Internacional, Rawlinson Rodrigues, contou ao Crisinforma como foi realizado o estudo e revelou os principais resultados obtidos.

Por que escolheu como tema para sua dissertação o projeto de instalação da fábrica de medicamentos em Moçambique? E qual foi o objetivo do estudo?

Rawlinson: A escolha desse tema decorreu basicamente pela inexistência de material mais específico que tivesse por base a experiência vivenciada pela equipe técnica envolvida com o projeto. A iniciativa tem sido costumemente abordada pela academia a partir de outros “olhares” ou abordagens que, do meu ponto de vista, retratam apenas uma parte do conjunto de elementos principais do projeto.

Os artigos que se referem ao projeto tentam, cada um a seu modo, retratar alguns dos elementos característicos dessa experiência executada por Farmanguinhos/Fiocruz, porém eu sinto que falta algo mais voltado para a sistematização das atuais informações desse processo e o próprio histórico dessas ações. Tal fato me levou a considerar a possibilidade de elaborar uma dissertação não conclusiva, mas de caráter mais explicativo e que pudesse instigar outras análises e estudos futu-

ros acerca dos diversos elementos que compuseram o desenvolvimento do projeto. Baseado nesse contexto, o objetivo principal do estudo foi analisar o desenvolvimento do projeto, dando ênfase aos aspectos operacionais da transferência de tecnologia visando a instalação e funcionamento da fábrica denominada Sociedade Moçambicana de Medicamentos.

Quais foram as principais conclusões encontradas pelo estudo?

Rawlinson: Um dos elementos de maior questionamento apresentado em diversos artigos acadêmicos e que possuem grande relação com o desenvolvimento do projeto situa-se sobre a possibilidade ou viabilidade para a instalação de unidades públicas produtoras de medicamentos em outros países em desenvolvimento, principalmente para aqueles localizados em países africanos. Essa visão foi, de certa forma, desconstruída ou, pelo menos, vista de outra forma a partir da experiência com Moçambique. O projeto viabilizou a instalação de uma indústria farmacêutica pública em um

país em desenvolvimento africano mediante determinadas condições técnicas e estruturais.

Desse modo, a presença em Moçambique de uma unidade produtora de medicamentos com infraestrutura completa e que foi concebida segundo os requisitos de Boas Práticas de Fabricação surge como o resultado mais expressivo desse processo e que foi confirmado pelo estudo. Tal verificação dialoga, inclusive, com os resultados de outros dois estudos de 2007 e 2012 realizados, respectivamente, pela União Africana e pela Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UINDO), que indicaram a existência de algum tipo de produção de medicamentos em aproximadamente 38 países africanos.

Uma segunda conclusão identifica a relaciona-se ao fato de o Brasil ter aprimorado seu conhecimento sobre o processo de transferência de tecnologia entre atores públicos de países em desenvolvimento. A experiência brasileira tem sido marcada por processos de transferência de tecnologia seguindo uma lógica de *absorção*, porém, o caso de Moçambique reflete um pro-

cesso diferente, por ser um processo de efetivo *repassé* e que possui diversos elementos complicadores que somente foram “desvendados” à medida que foi executado o projeto.

O estudo também indicou, em decorrência da experiência vivenciada em Moçambique, grandes possibilidades de ampliação de demandas estrangeiras para o Brasil, visando a realização de outras ações similares ao que ocorreu com Moçambique. Essas demandas, por conseguinte, podem seguir dois caminhos fundamentais: a maior inserção brasileira no cenário internacional a partir de atividades de cooperação e de iniciativas de grande representatividade e prestígio; e a gestão de um novo quadro de desafios a serem gerenciados em âmbito nacional, uma vez que a execução das atividades de cooperação internacional demanda não apenas recursos financeiros, mas também condições jurídico legais das quais o Brasil ainda não dispõe.

O estudo apontou que o objetivo maior do projeto (ampliar o acesso universal e gratuito a medicamentos) não foi alcançado. A que isso pode ser creditado?

Rawlinson: Um dos motivos é devido à inexistência em Moçambique de políticas públicas em saúde mais estruturadas, coesas e fortes, principalmente no que se refere à política de medicamentos e assistência farmacêutica. O país conseguiu, em decorrência da própria fábrica, realizar alguns avanços significativos nesses campos, porém ainda falta desenvolver outras áreas que possuem impacto direto com a existência da fábrica.

O país enfrenta problemas sérios relacionados à baixa disponibilidade e variedade de medicamentos, à elevada quantidade de itens falsificados em circulação em decorrência da ineficiência da área de fiscalização e frequentes rupturas de estoque para o fornecimento de medicamentos. A cadeia da assistência farmacêutica ainda não está estruturada em Moçambique e deverá ser trabalhada com muito afinco pelo Ministério da Saúde de Moçambique e por outras instâncias moçambicanas de tal modo que possa viabilizar, pelo menos, a ampliação do acesso aos medicamentos.

Outro ponto relevante a ser considerado refere-se à possibilidade de a Sociedade Moçambicana de Medica-

mentos estar inserida em uma estratégia maior do Estado Moçambicano voltada tanto para a área de saúde quanto para o desenvolvimento industrial. Tal situação, contudo, ainda não foi concebida ou analisada com maior atenção pelo governo de Moçambique, fato que, por consequência, impactou significativamente as próprias operações de produção da fábrica e apoio ao sistema de saúde de Moçambique. Soma-se a isso o fato de o negócio farmacêutico público se configurar como um segmento totalmente novo em Moçambique e que demanda certo tempo de maturação enquanto indústria, atendimento de requisitos legais e elevados níveis de investimento inicial até sua efetiva autonomia e pleno funcionamento.

Quais foram os outros desafios enfrentados pelo projeto?

Rawlinson: Um dos desafios enfrentados pelo projeto esteve relacionado à incipiente capacidade de atuação da autoridade regulatória de Moçambique nas atividades diretamente ligadas à indústria farmacêutica, principalmente em termos de análise de pedidos para registro de medicamentos e inspeções voltadas à emissão de certificado de boas práticas de fabricação. No conjunto de dez pedidos apresentados entre 2010 e 2014 para fins de registro em Moçambique, foi verificado um tempo médio de oito meses entre a análise e efetiva emissão de registro de um medicamento em Moçambique, sendo que em alguns casos verificou-se um tempo aproximado de até 20 meses. Tais situações, por sua vez, estão diretamente relacionadas à necessidade de consolidação e fortalecimento das instituições públicas moçambicanas, fato que ainda demandará muito mais esforços internos até que se possa chegar a um melhor nível de atuação. No que diz respeito ao processo de transferência de tecnologia, o desafio residiu na quantidade de profissionais moçambicanos com condições técnicas para o desenvolvimento de todo o conjunto de atividades previstas no projeto e que são necessárias ao pleno funcionamento de uma indústria farmacêutica.

O Brasil também apresentou alguns desafios que impactaram significativamente a sua prática da cooperação internacional. É necessário ao Estado brasileiro construir um marco legal es-

pecífico para a execução desses tipos de atividade junto a outros países. Apesar de a semente para esse projeto ter sido plantada em 2000, foi necessário ainda mais 22 meses para que se pudesse efetivar a liberação de recursos financeiros para a sua execução. A possibilidade de existência de um marco legal para a prática da cooperação internacional poderia, em princípio, ajudar a minimizar esse tempo e estabelecer novos padrões de execução de atividades similares.

Sua tese de dissertação apontou dois momentos críticos para a execução do projeto. Quais foram eles e por que foram decisórios?

Rawlinson: O primeiro momento esteve relacionado ao fato de Moçambique ter informado à parte brasileira, ainda em junho de 2010, sobre a impossibilidade de cumprir com a sua responsabilidade para a execução das obras de adequação da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, em decorrência da indisponibilidade de recursos financeiros no orçamento do Estado moçambicano. Essa situação se estendeu por meses até que, em novembro de 2010, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu negociar com a Fundação Vale Moçambique o aporte de recursos no montante de 4,5 milhões de dólares a título de contrapartida do governo de Moçambique. Esse caminho construído foi materializado em março de 2011, com o efetivo início das atividades de adequação da fábrica de medicamentos moçambicana, o qual, após 11 meses, foi concluído.

O segundo momento crítico decorreu do próprio início das atividades de adequação da Sociedade Moçambicana de Medicamentos, entre março de 2011 e fevereiro de 2012. Havia pouco conhecimento da empresa contratada para realizar o serviço quanto aos requisitos regulatórios brasileiros e internacionais para a construção de unidades produtoras de medicamentos e seu respectivo funcionamento. Desse modo, a contribuição da equipe técnica brasileira foi fundamental em razão de também estar prestando uma assessoria técnica especializada para a empresa executora das obras de adequação de tal forma que se pudesse atender aos requisitos brasileiros e internacionais colocados para indústrias farmacêuticas.